



Anais da Assembléia

Nº 013

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE MARÇO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 08ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1996
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Mil-tinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Turreck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Péricles de Mello e Renato Adur (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Emendas:

PROJETO DE LEI Nº 345/95
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar Estadual (PGRMFE), que beneficiará famílias residentes e domiciliadas no Estado do Paraná, com renda bruta mensal inferior a 3 (três) salários mínimos, que tenham todos os seus filhos e/ou dependentes, com idade de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos, matricu-

lados em escolas públicas ou creches e que os pais ou responsáveis legais participem como voluntários dos programas sociais do Estado.

Art. 2º - O PGRMFE consistirá no fornecimento mensal de uma cesta básica de alimentos a cada família beneficiada.

Art. 3º - Considera-se como família para fins desta lei o núcleo de pessoas formada por no mínimo um dos pais ou responsável legal e pelos filhos e/ou dependentes com idade de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos.

Art. 4º - A comprovação da renda familiar, a inscrição no PGRMFE e sua renovação serão feitas anualmente por ocasião do período das matrículas escolares.

Art. 5º - O fornecimento da cesta básica de alimentos será automaticamente interrompido se:

I - a renda familiar superar o limite estabelecido no Art. 1º;

II - qualquer um dos filhos e/ou dependentes tiver frequência inferior a 90% (noventa por cento) das aulas do mês do benefício.

Parágrafo Único - Nos casos de redução da renda familiar para nível inferior ao limite estabelecido no Art. 1º ou de normalização da frequência do aluno beneficiário do PGRMFE, o fornecimento da cesta básica de alimentos será restabelecido, sem direito a benefício retroativo.

Art. 6º - O PGRMFE será implementado pelo Poder Executivo Estadual, em parceria com as Prefeituras Municipais, podendo celebrar convênios com quaisquer entidades de direito público ou privado visando o acompanhamento, execução e avaliação do programa e das demais medidas previstas nesta lei.

Art. 7º - Será excluído o PGRMFE pelo prazo de 3 (três) anos, ou definitivamente se reincidente, o beneficiário que prestar declaração falsa ou usar de qualquer outro meio ilícito para participar do Programa.

§ 1º - Sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, o beneficiário do PGRMFE que receber ilicitamente o benefício será obrigado a efetuar o ressarcimento integral das cestas básicas de alimentos recebidas indevidamente.

§ 2º - Ao servidor público ou agente de entidade conveniada que concorra para o ilícito previsto neste artigo, inserindo ou fazendo inserir declaração falsa em documento que produza efeito perante o Programa, aplica-se, além das sanções penais administrativas cabíveis, multa nunca in-

ferior ao dobro do valor das cestas básicas de alimentos indevidamente fornecidas.

Art. 8º - Os benefícios do PGRMFE serão concedidos a cada família pelo período de 1 (um) ano, prorrogável, nos termos da regulamentação desta lei.

Art. 9º - O dispêndio com custeio do PGRMFE não poderá ultrapassar o limite de 1% (um por cento) da receita total do Estado.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua publicação.

Art. 11 - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1996.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A nossa intenção, ao apresentar Substitutivo Geral ao Projeto de Lei, de nossa autoria, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar Estadual - PGRMFE, é de adequá-lo às condições concretas para a sua implantação e funcionamento, permitindo ao Poder Executivo torná-lo realidade tão logo seja aprovado e sancionado.

Aspecto importante, que justifica o PGRMFE, é a situação de meninos e meninas de rua nos municípios paranaenses, que se encontram em situação de risco pessoal e social, face as dificuldades vividas por suas famílias.

O fornecimento de cestas básicas de alimentos é uma forma de garantir condições mínimas de subsistência às famílias, exigindo-se, como contrapartida, a frequência escolar das crianças.

Assim, mantido o espírito original do projeto, confiamos que este Substitutivo Geral mereça o apoio dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 105/95

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO

Art. 1º - O prazo fixado no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.509, de 27 de outubro de 1993, fica prorrogado até 31 de dezembro de 1996, mantido os demais dispositivos.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoiamento: Walmor Trentini, Irineu Colombo, Doutor Rosinha, João Tetchy.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda visa atualizar o prazo estipulado na Proposição nº 105/95, visto que a apreciação do projeto neste Legislativo ocorre em momento posterior ao limite previsto e portanto ineficaz ao objetivo pretendido.

É necessário que se dê um prazo para adequar a aplicabilidade da Lei nº 9.887/91, a fim de que cumpra sua finalidade, contribuindo para corrigir distorções no quadro dos docentes lotados nas autarquias de ensino superior no Paraná.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, indica a composição da Bancada do PMDB, para as Comissões Permanentes desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) TOTI COLAÇO

Líder do PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- 3 Titulares
- 3 Suplentes
- 1 - José Tavares
- 1 - Renato Adur (Suplente)
- 2 - Luiz Claudio Romanelli
- 2 - Nereu Moura (Suplente)
- 3 - Caíto Quintana
- 3 - Orlando Pessuti (Suplente)

COMISSÃO DE FINANÇAS

- 1 Titular
- 1 Suplente
- 1 - Durval Amaral
- 1 - Luiz Claudio Romanelli (Suplente)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

- 1 Titular
- 1 Suplente
- 1 - Durval Amaral
- 1 - Nereu Moura (Suplente)

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- 1 Titular
- 1 Suplente
- 1 - Orlando Pessuti
- 1 - Nereu Moura (Suplente)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

- 1 Titular
- 1 Suplente

- 1 - Durval Amaral
- 1 - Caíto Quintana (Suplente)

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

- 1 Titular
- 1 Suplente
- 1 - Caíto Quintana
- 1 - Nereu Moura (Suplente)

COMISSÃO DE TURISMO

- 1 Titular
- 1 Suplente
- 1 - Sâmis da Silva
- 1 - Nereu Moura (Suplente)

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

- 1 Titular
- 1 Suplente
- 1 - Cleiton Kielse
- 1 - Orlando Pessuti (Suplente)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

- 1 Titular
- 1 Suplente
- 1 - Luiz Claudio Romanelli
- 1 - Caíto Quintana (Suplente)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

- 1 Titular
- 1 Suplente
- 1 - Renato Adur
- 1 - Cleiton Kielse (Suplente)

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

- 1 Titular
- 1 Suplente
- 1 - Nereu Moura
- 1 - Sâmis da Silva (Suplente)

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

- 1 Titular
- 1 Suplente
- 1 - Renato Adur
- 1 - Caíto Quintana (Suplente)

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

- 1 Titular
- 1 Suplente
- 1 - Cleiton Kielse
- 1 - Orlando Pessuti (Suplente)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

- 1 Titular
- 1 Suplente
- 1 - Orlando Pessuti
- 1 - Luiz Claudio Romanelli (Suplente)

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir a determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do nosso Partido para compor a Comissão de

Constituição e Justiça.

Desta forma, indicamos o Deputado Basílio Zanusso para Titular e Deputado Élio Rusch para Suplente.

Sendo para o momento, reiteramos votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) ÉLIO RUSCH

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos por intermédio desta indicar os representantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores para a composição das Comissões Permanentes desta Casa de Leis, abaixo especificado:

- 01) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Titular - Emerson Nerone
Suplente - Florisvaldo Fier
- 02) COMISSÃO DE FINANÇAS
Titular - Florisvaldo Fier
Suplente - Ângelo Vanhoni
- 03) COMISSÃO DE TURISMO
Titular - Ângelo Vanhoni
Suplente - Irineu M. Colombo
- 04) COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
Titular - Irineu M. Colombo
Suplente - Ângelo Vanhoni
- 05) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
Titular - Florisvaldo Fier
Suplente - Péricles H. Mello
- 06) COMISSÃO DE ORÇAMENTO
Titular - Ângelo Vanhoni
Suplente - Emerson Nerone
- 07) COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Titular - Irineu M. Colombo
Suplente - Péricles H. Mello
- 08) COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO
Titular - Péricles H. Mello
Suplente - Florisvaldo Fier
- 09) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Titular - Péricles H. Mello
Suplente - Irineu M. Colombo
- 10) COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
Titular - Irineu M. Colombo
Suplente - Florisvaldo Fier
- 11) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Titular - Ângelo Vanhoni
Suplente - Irineu M. Colombo
- 12) COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
Titular - Florisvaldo Fier
Suplente - Péricles H. Mello
- 13) COMISSÃO DE REDAÇÃO
Titular - Péricles H. Mello
Suplente - Emerson Nerone
- 14) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
Titular - Florisvaldo Fier
Suplente - Emerson Nerone

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) IRINEU COLOMBO
Líder do PT

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, nos termos do inciso XII do parágrafo 2° - do artigo 132 do Regimento Interno e após a ouvida do Plenário, Regime de Urgência à tramitação do Projeto de Lei n° 012/96, de autoria do Excelentíssimo Deputado Ângelo Vanhoni, instituindo alíquota progressiva do ICMS sobre a energia elétrica no Estado do Paraná.

Tal Regime de Urgência faz-se indispensável pela relevância da medida proposta para a população paranaense, principalmente a de mais baixa renda, face, sobretudo, aos recentes aumentos das tarifas de energia elétrica no Estado.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 206 "A"

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação dos Projetos de Lei n° 007/95 de autoria do Deputado Neivo Beraldin, 013/95 de autoria do Deputado César Seleme e 152/95 de autoria do Deputado Cleiton Kielse, respectivamente itens 01, 02 e 04 da presente Ordem do Dia, por 05 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Leonardo Abagge, ocorrido

no dia 04 de março corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 76 anos, faleceu nesta Capital, o Doutor Leonardo Abagge.

O extinto deixa viúva a Senhora Rineta Teixeira Abagge, e os filhos: Leonardo Abagge Filho, Carmem Lúcia Abagge Santiago, Luiz Antonio Abagge e Sílvia Maria Abagge.

Leonardo Abagge, de tradicional família paranaense, era formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Foi jurista brilhante, atuou como Juiz do Trabalho, chegando ao cargo de Presidente do Tribunal do Trabalho - 9ª Região. Foi Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e na Faculdade de Direito de Curitiba, sendo que nesta última foi o emérito professor deste Deputado.

O passamento de Leonardo Abagge veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Leonardo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Leonardo Abagge, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende d'Ele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Doutor Leonardo Abagge, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a Sua graça.

Guardará Seu servo Leonardo sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Abagge, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a

todos conforto.

REQUERIMENTO N° 204

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Belmiro e Irene Raffussen, que completou em 02 de março do corrente 50 anos de casamento, comemorando Bodas de Ouro. Trata-se de uma existência construída em cima de valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em uma união duradoura e feliz.

A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada, e por esta razão, proponho a esta Casa de Leis que registre júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares! Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 205

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Alexandre e Leonídia Freitas, que completou em 23 de fevereiro do corrente 50 anos de casamento, comemorando Bodas de Ouro. Trata-se de uma existência construída em cima de valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em uma união duradoura e feliz.

A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada, e por esta razão, proponho a esta Casa de Leis que registre júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares! Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 211

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Gerson Fabrício e Helenir Terezinha Zambaldi Fabrício, que completaram em 02 de janeiro do corrente 25 (vinte e cinco) anos de casamento, Bodas de Prata. Trata-se de uma existência construída em cima de valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, traduzindo-se numa família feliz, com seus 03 (três) filhos, hoje todos universitários, orgulho de seus

pais.

A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, proponho a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal, seus filhos e demais familiares!

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 206

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Jornalista Antonio Nunes Nogueira, que está completando 30 (trinta) anos de trabalho ao Jornal Gazeta do Povo.

Trata-se de competente profissional de comunicação, honrado, sério, trabalhador, estimado por seus colegas de profissão e que nestes 30 anos, contribuiu e muito para o sucesso, consolidação e engrandecimento do maior jornal do Paraná e um dos maiores do País. É público que as condições de trabalho oferecidas pela Gazeta do Povo, através de seu Diretor Presidente, são excelentes, formidáveis, mas somente quem tem talento se sobressai e convive por 30 anos.

É motivo de orgulho tanto para o jornalista como para o jornal o fato desta marca. Reflete uma relação de forças positivas, de comunhão de ideais e propósitos.

Ao brilhante Jornalista Antonio Nunes Nogueira o reconhecimento desta Casa, em nome de todo o povo do Paraná e as manifestações mais escolhidas, desejando que continue a emprestar toda a sua dedicação, capacidade e extrema eficácia em benefício do Paraná, de sua gente, através do Jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 207

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso a Sra. Zilda Vieira Pereira pelo relevante serviço voluntário que há mais de 20 (vinte) anos vem dedicando à população mais carente de nossa comunidade. Sempre atenciosa e preocupada com os problemas dos mais necessitados, procura auxiliá-los tanto material quanto sentimentalmente, proporcionando-lhes uma vida mais digna. Coordena bazares beneficentes da Assistência Social da Igreja Adventista do 7° Dia da Boa Vista, procurando sempre

reverter as rendas obtidas em prol das crianças, jovens, adultos e idosos. É uma vida dedicada aos outros, direcionado ao bem-estar das pessoas que lhe procuram solicitando ajuda. Conhecida por Irmã Zilda, é muito querida e admirada por todos. Merece nossa consideração e respeito, motivo pelo qual estamos propondo esta homenagem nesta Casa de Leis.

Cumprimentamos a Sra. Zilda pela exemplar caminhada vitoriosa que ao longo de todos esses anos vem realizando, a qual deve ser enaltecida e registrada nesta sessão. Que Deus lhe dê muita saúde e força para continuar o belo e dignificante trabalho voluntário dedicado à nossa comunidade!

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 217

Senhor Presidente.

Conforme autorização concedida através do artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Ramiro Wahrhaftig, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia Legislativa quais os critérios levados em consideração na edição da Resolução n° 377/96 - SEED -, através da qual foi elevado o número mínimo de alunos em sala de aula nos estabelecimentos da rede estadual de ensino, bem como que envie cópias autenticadas dos documentos que fizeram parte do referido estudo.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 218

Senhor Presidente.

Observadas as disposições constitucionais e regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando ao mesmo que, nos termos do artigo 55 da Constituição Estadual, remeta à Assembléia cópia autenticada de todo o processo de concorrência n° 005/95, promovido pelo Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN - cujo objeto é a contratação de empresa prestadora de serviços médicos e psicológicos especializados na área de medicina de trânsito para realização de exames em todo o Estado para o DETRAN/PR.

Sala das Sessões, em 11.02.96.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Apoio à Câmara dos Deputados, pela decisão de formar uma comissão externa, composta por deputados federais, a fim de averiguar a situação de brasileiros presos no Paraguai.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A formação de uma comissão externa, composta por Deputados federais, a fim de averiguar a situação de brasileiros presos no Paraguai é fundamental, pois, muitos "brasiguaios" (brasileiros que moram no Paraguai) estão cumprindo pena, sem terem sido julgados, em condições desumanas.

Além disso, as penitenciárias paraguaias, - onde estão os brasileiros, inclusive crianças, - não apresentam as menores condições para abrigarem os detentos. Os "brasiguaios" sofrem discriminação por parte dos outros presos, causando sérios problemas de convivência nas celas superlotadas.

A comissão designada pela presidência da Câmara dos Deputados merece total apoio por parte da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Leoncio Vieira de Rezende Neto, Mui Digno Presidente da TELEPAR, objetivando a instalação de um telefone público, nas dependências do colégio estadual de Douradina - Ensino de 1° e 2° graus, Município de Douradina.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Manoel Ribeiro de Oliveira, Prefeito Municipal de Douradina (Av. Rio Branco, 470); a Senhora Maria Isabel Alcobia Barion, Diretora do Estabelecimento de Ensino (Av. Brasil s/n) - CEP 87485-000, e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara dos Deputados - Anexos IV - Gabinete 948) CEP 70169-970.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual de Douradina, tradicional estabelecimento de ensino de Douradina concentra grande quantidade de estudantes, e a sua localização é um pouco afastada da sede do Município, o que faz com que os alunos tenham necessidade de utilizar o telefone na secretaria do Colé-

gio, ocasionando assim, freqüentes congestionamentos.

Por esta razão, a implantação de um telefone público é de fundamental importância para o Colégio, tendo em vista a real necessidade verificada entre os alunos usuários deste tipo de serviço.

De iniciativa da ilustríssima Senhora Maria Isabel Alcobia Barion, esperamos que esta companhia dê a esperada aprovação ao pleito.

REQUERIMENTO N° 208

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento na rua João Dembinski - Vila Sandra - Campo Comprido, mais especificamente na Pizzaria Fabiana e Lanchonete Girassol, tendo em vista que esses dois pontos comerciais funcionam com música ao vivo até às 06:00 da manhã, causando inúmeros transtornos a todos os moradores das proximidades. Várias vezes a polícia foi acionada, porém os freqüentadores intimidam os policiais de toda forma e nada infelizmente pôde ser feito. Pede-se um maior rigor, uma vez que o problema vem se agravando a cada dia.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 209

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder à limpeza do rio que passa em frente ao n° 86 da Rua Ametista - Jardim Boa Vista. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, uma vez que o problema tem causado transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 210

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder à limpeza do terreno baldio situado ao lado do n° 190 na Rua Marrocos - Jardim Grazielle, o qual encontra-se cheio de mato e lixo, propiciando a existência de animais nocivos à saúde.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 212

SÚMULA: Requer, o encaminhamento de expedientes às autoridades abaixo no minadas, sugerindo para que sejam feitos estudos em caráter de emergência, no sentido de se conceder aumentos salariais ao quadro próprio do magistério, tanto estatutários quanto celetistas, haja vista a defasagem que vem ocorrendo desde o ano de 1988.

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Doutor Jaime Lerner, Governador do Estado, Doutor Reinhold Stephanes Junior, Secretário da Administração, Doutor Ramiro Wahrhaftig, Secretário da Educação, contendo sugestões conforme o exposto acima.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, se providências urgentes não forem tomadas com referência aos aumentos salariais para os professores paranaenses, que vêm sofrendo uma defasagem em seus vencimentos desde o ano de 1988, o ensino de nosso Estado deverá sofrer sérias consequências, visto o grande número de professores que estão solicitando suas aposentadorias, e também o grande número que vem sendo demitidos por abandono de suas funções. É lógico, que ninguém em sã consciência, permanecerá trabalhando por um baixo salário, quando lhe aparecer um outro que lhe dará melhores condições financeiras para o sustento de seus familiares, e é isto que vem ocorrendo, provocando inclusive a falta de professores nas salas de aula, e isto deverá em breve espaço de tempo, provocar um colapso na educação do Estado do Paraná.

Temos certeza de que o Senhor Governador estudará com carinho esta nossa sugestão, concedendo aumentos salariais ao magistério no menor espaço de tempo possível, e com o decorrer dos meses seguintes, corrigir a defasagem salarial provocada pelos planos econômicos dos governos anteriores, e nós como deputados da situação, e damos sustentação política ao Governo do Estado neste Poder Legislativo, não podemos ficar omissos, quando estamos vendo as dificuldades financeiras que vêm passando os professores.

Como poderemos exigir do professor uma boa educação para nossos filhos, se ele adentra na sala de aula já desmotivado pelo baixo salário, pelas dificuldades financeiras que enfrenta, por não poder dar à sua família um tratamento digno, e acima de tudo por saber que o futuro da nação está em suas mãos, e que será de seus en-

sinamentos que surgirão os grandes homens do futuro?

REQUERIMENTO N° 213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a agilização de procedimentos para a liberação de recursos, para obras de pavimentação do trecho que liga a BR-153 (Jacarezinho/Santo Antônio da Platina) - km 29, até os Distritos de Platina e General Carneiro, na extensão de 03 km.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação do trecho que liga a BR-153, partindo do km 29, até o Distrito de Platina, passando pela Fazenda Agroceres e pelo Distrito de General Carneiro, constitui antiquíssima reivindicação.

Trata-se de empreendimento que demanda atenção prioritária, em função de sua excepcional importância social e econômica para a região e para o Estado do Paraná.

Especialmente no trecho compreendido entre o km 29 e a Fazenda Agroceres, numa extensão de 3.000 km, a ausência de pavimentação tem acarretado graves transtornos.

Além das dificuldades de conservação, em períodos chuvosos esse trecho fica intransitável, prejudicando seriamente as atividades econômicas ali desenvolvidas.

Cumprе ressaltar que a empresa Sementes Agroceres S/A, mantém ali uma das suas unidades de "produção e comercialização de sementes de híbridos de milho, sorgo e hortaliças, matrizes para frangos e suínos, nutrição e serviços para animais e iscas formicidas, além de desenvolver avançado programa de tecnologia de ponta na área de genética animal e vegetal.

Além da produção, cerca de 250 funcionários em média precisam ser transportados diariamente numa frota composta por ônibus (4), kombis (3), micro-ônibus (1) e utilitários (28), implicando a seguinte movimentação:

a - Transporte de pessoal: 1.400 viagens por mês.

b - Transporte de cargas: 270 viagens por mês - totalizando média de 24.000 T/ano.

Figure-se ainda, que o Plano de Investimentos para o ano de 1996 é de US\$ 5.600.000,00 somente na unidade em referência.

Como o plano de nosso Governo é destinar estímulo à atividade produtiva, o atendimento da reivindicação aqui estampada constitui avanço importante na estratégia

de transformação do Paraná.

REQUERIMENTO N° 214

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador, Jaime Lerner, para que determine a nomeação em Diário Oficial, das 70 pessoas que foram aprovadas no concurso para desempenhar a função de Investigador da Polícia Civil do Paraná, que já fizeram inclusive o curso de formação na Escola de Polícia Civil do Estado, estando portanto aptos a assumirem suas funções.

Requer ainda seja enviado cópia deste para o Sindicato das Classes Policiais - SINCLAPOL, sito à rua Cidade de Curitiba - nº 240, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O concurso para Investigador da Polícia Civil do Paraná, foi realizado no ano de 1994, tendo aprovado dezenas de pessoas que, convocadas para a segunda fase da participação em curso específico da Escola de Polícia Civil do Estado, considerou aptos, aprovou, 70 daqueles que freqüentaram o curso de formação.

E é a nomeação destas 70 pessoas ao cargo acima referido, uma vez que já estão preparados, que solicitamos ao Governador Jaime Lerner. A necessidade de pessoal que a Polícia Civil paranaense tem é do conhecimento de toda a população. O Senhor Governador e o Senhor Secretário de Segurança Pública certamente têm conhecimento da situação. Para garantir a segurança da população e a resolução dos crimes que tanto afligem a sociedade, o trabalho destes 70 investigadores, somados aos que já estão no batente, fará baixar o índice de criminalidade em todo o Estado do Paraná.

Os aprovados estão aguardando nomeação desde outubro do ano passado, prontos para prestar serviço à comunidade.

REQUERIMENTO N° 214-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, envio de expediente pela Mesa Executiva desta Casa de Leis ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, DD Governador do Estado do Paraná, solicitando à Diretoria da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, estudos no sentido do estabelecimento de uma tarifa social de energia elétrica para os consumidores de baixo poder aquisitivo do Estado do Paraná.

A providência pelo presente requerida faz-se indispensável frente aos absurdos

aumentos que vitimaram toda a população paranaense nos primeiros dois meses do ano corrente, e que, em alguns casos, atingiram a espantosa percentagem de 300%. Outrossim, a antiga tarifa social que existia, fixada por instruções normativas específicas do DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - foi revogada no início deste ano, permanecendo somente a especificação de tarifa residencial de baixa renda, sem, contudo, implicar em subsídio ou tarifa social, ou mesmo consideração sobre o efetivo poder aquisitivo das famílias atingidas pela majoração. Necessário ainda destacar que a grande maioria das famílias atingidas pelos recentes aumentos tarifários possui renda de até 5 salários mínimos, em cuja economia familiar causa severo impacto uma majoração tarifária que eleve a conta de luz de R\$ 7,00 para R\$ 50,00, conforme diversos casos já trazidos ao conhecimento da sociedade paranaense.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, enfatizando a necessidade de agilizar procedimentos para a inclusão dentro do Programa de Trabalho da Secretaria - especificação/construção e pavimentação de rodovias, a execução de obras de pavimentação asfáltica da estrada que interliga o Município de Maringá a Ângulo, passando pelo Bairro Miosótis, bem como do percurso que interliga o Município de Maringá ao Distrito de São Luiz no Município de Marialva, passando pelo Bairro Vale Azul, no Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica entre aqueles municípios trata-se de uma antiga aspiração dos representantes políticos que passaram por este Poder Legislativo, e principalmente de seus habitantes, em razão de que a maior parte da população da região necessita efetivamente de contar com mecanismos capazes de assegurar o escoamento da produção existente, sua base de sustentação sócio-econômica.

REQUERIMENTO N° 0222

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr.

Curitiba, segunda, em 11.03.96

Ministro da Justiça, manifestando a preocupação desta Assembléia Legislativa, com relação aos motivos da prisão e as condições que se encontram os presos políticos: Sr. Hector Neira Chavarry (ex-Diretor-Geral do Banco Central do Peru) e Sr. Leonel Ramires Figueroa (ex-Presidente do Banco Central Peruano).

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoio: Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha e Emerson Nerone.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista, a prisão do Sr. Hector Neira Chavarry (ex-Diretor-Geral do Banco Central do Peru) e do Sr. Leonel Ramires Figueroa (ex-Presidente do Banco Central Peruano) por parte de autoridades brasileiras, o Poder Legislativo do Estado do Paraná gostaria de obter maiores esclarecimentos sobre os motivos que envolveram a prisão destes dois senhores.

REQUERIMENTO N° 219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de apoio à indicação do Sr. Ronald Peixoto Drabik para Juiz Classista Temporário representante dos empregadores na 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Ronald Peixoto Drabik é cidadão de idoneidade moral e conduta responsável, sendo líder participativo de sua classe, não havendo até o momento atitudes que o desabonem.

O Sr. Ronald já prestou serviços como Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cascavel por dois mandatos e atualmente é Conselheiro Suplente do CREA-PR e também 2º Tesoureiro da FEPAR - Federação das Associações de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná.

O presente apoio refletirá o anseio das entidades classistas daquele município, sendo, juntamente com a ilibada reputação do indicado o motivo que me leva a pedir a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, sobre os procedimentos e escolha

para empresas particulares nos seguintes termos:

1 - Qual o respaldo legal e regimental para tal atitude?

2 - Cópia dos registros dos postos de serviço situados na BR-369.

3 - Quais os dados apurados pelo Comando da PMPR no que se refere à notícia "Comando investiga denúncias na P.R.E. (Polícia Rodoviária Estadual) notícia publicada no Jornal "O Estado do Paraná", no dia 17 de fevereiro de 1996?

4 - Se as investigações são conclusivas, solicito cópia das mesmas.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 211-A

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando informações a respeito da nomeação dos 73 (setenta e três) Investigadores de Polícia formados pela Escola da Polícia Civil no mês de outubro de 1995.

Habilitados em Concurso Público para Investigador de Polícia - 1ª fase (prova escrita), para poderem participar da 2ª fase que seria o Curso de Formação da Escola de Polícia, esses senhores e senhoras, chefes de família, tiveram que pedir demissão de seus empregos (de onde sequer receberam o FGTS) pois as aulas eram ministradas pela manhã, tarde e noite, durante 3 meses intensivos.

Durante o período do curso, os participantes sacrificaram a si e às suas famílias, pois todos sobreviviam apenas com a bolsa de estudo no valor de 1 salário mínimo recebido do Governo.

Tinham, eles, certeza de que o sacrifício valeria a pena porque seriam nomeados imediatamente após o término do curso.

Entretanto, tal fato não ocorreu.

Apesar de terem sido, segundo a Escola, considerados a turma mais bem formada dos últimos tempos, pois tiveram aulas com integrantes do "Grupo Tigre", até a presente data, 5 (cinco) meses após o término do Curso de Formação a nomeação não efetivou-se.

Como desde o mês de outubro de 1995 não mais recebem a bolsa de estudo no valor de 1 salário mínimo e, face a indefinição da data da nomeação, não podem compromissar-se com qualquer empresa, estão hoje, esses 73 chefes de família, junto com ela, passando por sérias dificuldades de sobrevivência.

Assim, dada a importância e gravidade

da situação narrada, espera este Parlamentar, contar com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 215-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, Informações ao Exmo. Sr. Armando Raggio, DD. Secretário de Estado da Saúde, sobre o número de unidades de saúde e/ou hospitais conveniados ao SUS que possuem aparelhagem necessária ao exame clínico denominado "Arteriografia - Aortografia Abdominal e Seletiva dos MM II", solicitando, outrossim, o número médio e total de pacientes atendidos pelo referido exame no ano de 1995.

As informações pelo presente requerimento solicitadas são necessárias para o esclarecimento da população paranaense, eis que inexistente, na atualidade, qualquer informação mais sólida sobre o assunto tratado, o que prejudica a enorme demanda pelos serviços acima expostos. De outra face, sendo a saúde direito inalienável do cidadão e dever inarredável do Estado, nos termos constitucionais, necessário, para o exercício deste direito, a mais ampla informação do cidadão sobre as potencialidades da Saúde Pública.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 046/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Formosa, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos da Vila Formosa, com sede à Rua José Alcides de Lima, n° 105, Curitiba, Estado do Paraná, registro no Ministério da Fazenda n° 79.142.238/0001-01, declarada de Utilidade Pública Municipal em 25 de novembro de 1991, Lei n° 7785, registro no 1° Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sob o n° 709.027, Curitiba, fundada em 12 de novembro de 1978. Uma das primeiras associa-

ções de moradores criada no Estado do Paraná, para organizar os trabalhadores daquela comunidade, iniciando suas atividades na luta pelo direito a moradia, saúde e saneamento básico.

A Associação de Moradores da Vila Formosa, conhecida em todo o Paraná como trincheira de luta dos trabalhadores sem teto, a sua sede e diretoria sempre esteve e estará à disposição de lutar pela organização das demais comunidades de Curitiba. Lá realizam-se reuniões e debates sobre saúde, educação, moradia, abastecimento, saneamento básico, trabalho e tantos outros temas de interesse dos moradores de bairros, vilas e favelas da Capital.

A atual diretoria eleita em 30 de abril de 1995, tendo como Presidente o Senhor Antonio Berger, vêm trabalhando para formar um arquivo histórico da entidade, para demonstrar a sociedade a riqueza que é a militância e o trabalho que as Associações de Moradores desenvolvem, dentro deste acúmulo de informações históricas, desejam obter o título de Utilidade Pública do Estado do Paraná, que destinar-se-á também, para estabelecer convênios com Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná, aos moldes dos que já mantém com a Prefeitura Municipal de Curitiba.

PROJETO DE LEI N° 047/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o curso de Direito na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio - FAFI, podendo ser implantado como curso novo ou como curso de extensão da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Muitos jovens de Cornélio Procópio e municípios vizinhos buscam uma formação profissional de nível superior, optando em sua maioria pelo curso de Direito, que oferece melhores perspectivas. As opções hoje são a de fazer o curso em Londrina ou Jacarezinho, onde o número de vagas ofertadas é menor que a demanda.

Nossa proposição visa atender a uma necessidade da região. A criação do curso de Direito em Cornélio Procópio, seja na FAFI como curso novo ou seja como extensão da UEL, permitirá a muitos jovens ampliarem seu horizonte profissional. Confiamos poder contar com o apoio dos nobres Depu-

tados para a nossa iniciativa.

PROJETO DE LEI N° 048/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A violência contra a mulher é uma triste realidade que afronta a sociedade, convocando-a para um combate ao machismo, principal causa das agressões.

A criação de Delegacias da Mulher tem se revelado um instrumento que permite uma atenção digna à mulher agredida, oferecendo, além da necessária ação policial, acompanhamento psicológico. O combate às causas da violência dependem da luta, crescente e vitoriosa, das mulheres pelos seus direitos e da educação, que forme uma nova sociedade sem preconceitos.

Mas é indispensável, hoje, a ação repressiva e preventiva, que ofereça um mínimo de proteção às mulheres. Cornélio Procópio precisa de uma Delegacia da Mulher, daí a razão do nosso projeto de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI N° 049/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Desde a criação da primeira, há mais de dez anos, as Delegacias da Mulher têm se revelado importante instrumento para o combate à violência contra a mulher, resquício machista que pede o enfrentamento da sociedade.

A luta feminina pela igualdade de direitos e contra a discriminação e o preconceito tem avançado, obtendo crescentemente inúmeras conquistas.

Mas a ação repressiva e preventiva contra os agressores é uma exigência da

sociedade, permitindo oferecer maior proteção às mulheres. Nossa proposição atende a uma necessidade de Bandeirantes, que pede uma Delegacia da Mulher. Esperamos poder contar com o apoio dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI N° 050/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a efetivar a doação ao Município de Cotenda - PR, de uma motoniveladora Marca CATERPILAR, Modelo 120 B, Série 3.200/601, com motor diesel CAT, série 60702927, equipada com cabine fechada, ano de fabricação 1986.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

A motoniveladora e objeto deste projeto de lei, foi cedida em comodato ao Município de Cotenda em 1986, quando foi adquirida pelo Governo do Estado. Desde então, vem sendo utilizada de forma intensiva, sendo hoje indispensável àquele município.

A grave crise financeira por que passam os municípios, e Cotenda não foge à regra, elimina qualquer possibilidade de aquisição de equipamento desse porte.

Diante dessa situação, o Estado estaria prestando uma grande ajuda, fazendo a transferência definitiva, tornando de direito uma situação que se reveste da precariedade com o comodato.

PROJETO DE LEI N° 051/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar no Município de Araucária uma Delegacia Especializada da Mulher, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional de Araucária é acelerado. Há menos de duas décadas, o município constava com 20.000 habitantes, atualmente, esse número se aproxima dos 100.000.

Por ser um importante pólo industrial, o segundo do Estado, é grande a participa-

ção da mulher no mercado de trabalho e a atividade externa da mulher, que atualmente é uma necessidade, evidentemente faz com que ela se exponha mais, tornando-se mais sujeita a todos os tipos de ilicitudes de ordem física ou moral.

Somando-se essa peculiaridade de município industrializado aos acontecimentos do dia-a-dia que envolve as mulheres de uma forma geral no relacionamento doméstico e na comunidade, chega-se à conclusão de que é da maior urgência a necessidade de instalação de uma delegacia para tratar especialmente dos delitos que envolvem as pessoas do sexo feminino.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficam impunes, por falta de denúncia.

Diante dessa realidade, confiamos na sensibilidade do Governo do Estado para encaminhar de maneira favorável o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 052/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a criar o Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2° - A estrutura interna e os regulamentos do órgão criado serão definidos através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3° - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a readequar as verbas do orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no que se refere as despesas de aplicação da presente lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.96.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura de lei visa criar dentro da Polícia Militar do Estado do Paraná o Batalhão de Fronteira, com função e atuação específicas de combater a criminalidade na fronteira com a República do Paraguai.

Observando que entre as muitas finalidades a que se destina o estabelecimento da unidade policial referida, inclui a de coibir os assaltos a propriedades agrícolas da região lindeira ao Lago de Itaipu, que vêm sendo feitos por quadrilhas de me-

liantes provenientes do outro lado da fronteira. Como essa prática criminal se registra em maior índice no trecho do lago entre os Municípios de Guaíra e Santa Helena, em virtude da menor largura do Reservatório da Binacional, indica que o local mais apropriado e estratégico para se instalar a sede do pretendido Batalhão é o Município de Marechal Cândido Rondon, por estar localizado no meio do trecho do lago antes referido ou sessenta e cinco (65) quilômetros de Guaíra e cinquenta e cinco (55) quilômetros do Município de Santa Helena.

No entanto, como a outra extensão litorânea ao lago, mesmo com baixíssimo registro de assaltos a propriedades rurais, não pode ficar sem cobertura da ação policial. Sugerimos que o Governo Estadual providencie, após a criação do Batalhão de Fronteira aqui solicitado, a transferência da atual Companhia da Polícia Militar do Município de Marechal Cândido Rondon para o Município de Santa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está encerrada a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

PMDB.

(Declina).

PT.

Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente nós trazemos à baila a questão das tarifas da COPEL. Não só sobre a questão das tarifas, mas sobretudo essa empresa paranaense, que ao que parece, o Governo do Estado do Paraná não tem tratado com devida atenção e respeito que merece a história da empresa, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Nós havíamos há poucos dias atrás marcado uma audiência com o Sr. Presidente da COPEL para com ele tentar discutir o problema das tarifas. Entre outras perguntas nós queríamos saber qual é a planilha real de custo hoje, na boca da turbina da energia elétrica produzida no Paraná, qual é a planilha que foi mandada ao departamento nacional de energia e águas para que tivéssemos a terceira maior tarifa de energia elétrica do Brasil. Ao mesmo tempo o que se cumpria uma diretriz política do Governo Federal de acabar com subsídios das tarifas públicas, especialmente da tarifa de energia elétrica, por que que o Estado do Mato Grosso do Sul teve uma redução tarifária? Por que que o Estado de São Paulo permaneceu com a mesma alíquota, a mesma cobrança que vinha vindo em meses anteriores?

No entanto, confirmada a audiência o Sr. Presidente da COPEL cancelou cinco minutos antes, quando nós já estávamos com os crachás personalizados dentro da empresa. Atendeu-nos uma equipe de emissários, Sr. Presidente, somente em separado com os Deputados, nós estávamos em cinco Deputados, para ali prestar esclarecimentos técnicos que não era a questão, nós estávamos numa missão acima de tudo para discussão política. O Sr. Presidente da COPEL também se embaralhou quando aqui veio no Plenário da Assembléia tentar justificar a necessidade de venda das ações da COPEL.

E recentemente, Srs. Deputados, nós ficamos sabendo que entre as políticas adotadas pela Companhia de Energia Elétrica do Paraná está a de tirar a ajuda que estava sendo feita pela companhia de eletrificação rural na manutenção das redes de alta tensão em vários municípios do Estado do Paraná e com a mesma equipe, com a mesma quantidade de pessoas, de eletricistas ou até menos, de fazer essa manutenção. E aí eu trago uma realidade que nós passamos na Cidade de Medianeira. Nós tínhamos na administração passada, no Governo passado, cinco eletricistas, cinco técnicos que davam a manutenção em toda a rede do município. Este ano, final do ano passado, começo deste ano nós tínhamos apenas dois eletricistas e ainda com a soma da rede de alta tensão que era feita por uma companhia, por uma cooperativa particular. Mas nós tivemos acessório a isto um problema pior que foi a morte de um copeliano eletrocutado neste sábado, às 11 horas da manhã na Cidade de Medianeira.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, quero aqui reputar responsabilidade pela direção tomada na política energética, sobretudo de energia elétrica no Paraná, ao Governo do Estado, ao Sr. Governador Jaime Lerner. Senão vejamos, com dois eletricistas na Cidade de Medianeira para dar manutenção de emergência a toda a cidade, no período de janeiro e fevereiro, um deles tirou férias e esse eletricista, esse técnico concursado há 8 anos na COPEL, estava trabalhando de sobreaviso, fazendo plantão permanente desde o dia 2 de fevereiro até sábado quando morreu eletrocutado porque provavelmente seus reflexos não estavam em dia e foi pedido um check-up e no check-up ele diz, está constatado lá, ele estava estressado, muito provavelmente com esta política de aumentar tarifa e colocar o peso do pagamento e o superávit ali no Tesouro do Estado, no Tesouro da COPEL, coloca a tarifação e ao mesmo tempo diminui os funcionários e trata como verdadeiros escravos todos os funcionários da COPEL.

Esse exemplo, Senhores, mostra que esse copeliano, esse eletricista, tem trabalhado pelo menos dois meses unicamente no

trabalho de manutenção e de plantonista de sobreaviso, e seus reflexos estavam aonde, quando morreu eletrocutado às onze horas da manhã, do sábado. E para piorar, aqui estou indignado porque eu sempre fui maltratado desde as minhas primeiras intervenções com COPEL quando nós discutimos a questão nacional das concessões, quando discutimos a tarifação, e agora quando estamos discutindo as ações da COPEL, e pior porque eu acabei de perder um amigo de infância, um primo desse Deputado que vos fala e eu conheço bem a história desse cidadão, pedi um excelente amigo eletrocutado quando trabalhava para a COPEL e ao mesmo tempo que a sociedade da minha Cidade de Medianeira, a sociedade da Região Oeste do Paraná, do Paraná todo está pagando cada vez mais caro sua tarifa de energia elétrica.

E continuando, segundo notas que aparecem nos jornais, a partir de abril as tarifas de energia elétrica serão reajustadas em percentuais que vão de 51% a 185% e em novembro, segundo os jornais, as tarifas já foram reajustadas em média 94%. Associado a isso, tivemos ainda do reajuste previsto para os combustíveis que não vem à questão a gente refletir, mas aqui eu quero deixar consagrada a minha indignação ao papel que vem desempenhando a linha de administração pública do Sr. Governador Jaime Lerner, que está implementando, interiorizando dentro da COPEL através do seu Presidente que tem tratado os Deputados com a mais absoluta indiferença. Essa indignação nós queremos que fique registrada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cabe registrar que o Comitê Paranaense dos Consumidores da COPEL, através do seu coordenador o advogado Samuel Gomes de Foz do Iguaçu ainda associado ao radialista e comunicador popular de Matelândia Elói Roque, dos representantes da Cidade de Londrina, dos representantes da Cidade de Curitiba, de Ponta Grossa, da própria Medianeira, de Santa Helena, estão colhendo várias e várias assinaturas no Estado do Paraná e nós estamos ainda, numa reunião marcada para tentar promover em todo o Estado do Paraná, manifestações públicas em cada município em frente à agência da COPEL, não contra a empresa, mas contra a administração que está sendo interiorizada ali especialmente por este Governo do Estado do Paraná, o Sr. Governador Jaime Lerner.

Essa indignação, e é momento de luta, Srs. Parlamentares. Quem quiser se associar a nós, a nossa Bancada, pode se associar e entre em contato também, nós queremos ficar à disposição, dar aos Senhores o telefone, contato desse comitê de defesa dos consumidores da COPEL, que nós es-

tamos defendendo os interesses da população, especialmente dos mais carentes, os consumidores de baixa renda.

E acima de tudo, ressaltar mais uma vez que a morte de um copeliano, quem sabe não é definitivamente o resultado de uma política de exaustão, até de escravidão como vêm sendo tratados os funcionários e ainda, taxando cada vez mais os consumidores desta empresa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar com a vossa permissão, a presença nesta Casa hoje do Dr. Darci Lucines, Prefeito de Itapejara do Oeste, que nos dá o prazer da sua visita nesta Casa de Leis, muito obrigado, gostaria que fosse anotado por esta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Essa Presidência se associa com as boas vindas ao ilustre visitante. Também queremos, a pedido do Deputado Seleme, registrar a presença da Vereadora de Santa Izabel do Ivaí, Presidente da APAE daquele município.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Subo a essa tribuna para deixar um protesto de repúdio ao que está acontecendo neste País. Mais uma vez eu repito que este País não tem um pinga de vergonha na cara.

Quando um trabalhador vai a um Banco, abre uma conta, se ele solta um cheque de 200 reais, 300 reais sem fundos, a conta é imediatamente lacrada, ele é seprocado e não compra em nenhum estabelecimento comercial.

Quando um "boca de porco" vai ao Banco, boca de porco da elite dominante, vem trezentas gatinhas e o gerente, só falta trazer champanhe, aí atende: O que V.Exa. quer? Não precisa de avalista, já mete já o chamegão, o cara levanta ali um milhão, dois milhões, três milhões. Se não paga... que nem em Londrina, tem um boca de porco da minha cidade, que pegou 4 milhas do Banestado, já está em seis, ofereceu dois, saiu na coluna do Fábio Campana, um dos maiores articuladores, um dos maiores analistas políticos que tem a sua coluna na Gazeta do Povo. Depois vai lá negociar, não paga e aí vai.

O trabalhador quando vai ao Banco para abrir, abre uma conta, pedem exame de AIDS, exame de sangue, exame de fezes, exame de urina, exame de tudo. Arruma uma graninha, solta uma "chiquita" sem fundo. Senhor Presidente, aí imediatamente cassam a conta, acabam com a vida do cidadão.

E os Diretores do Banco Nacional abriram 500 "contas fantasmas", roubaram do Banco Onze Bilhões de Dólares e não acontece nada neste País. Vide o Banco Econômico.

Ontem, sábado estava sentado vendo o Jornal do SBT, dar uma notícia em primeira mão: "Banco BND, DND, não sei se é BMB, BND sei lá.

Que Banco que é esse? Banco Mercantil não sei do que?

Também está sendo averiguado, aí já meteram o "pé no rabo" do Procurador, que já passou a informação para frente, já foi uma "ziquizira" desgraçada. Não sei o que aconteceu hoje, apareceu o Presidente do BND, Banco Mercantil de Descontos, já apareceu na televisão, fazendo um apelo aos clientes não tirarem o dinheiro da conta, porque senão iria acabar o Banco.

Aí apareceu um Porta-Voz não sei de quem, lá de Brasília e disse: Nós estamos a pé, não isso aí não é nada não. É apenas um serviço burocrático, estamos fazendo uma pequena investigação etc.

E contaram 171 estelionatos na cabeça do povo brasileiro.

Cadê a lei do colarinho branco? Você anda pela rua, porque o Deputado ganha 4.300 reais é ladrão. Porque não sei quem ganha 5.000 reais é ladrão. Porque o Senador, ganha 6.000 reais é ladrão. Porque o deputado federal, ganha 6.000, menos o imposto de renda, cai para 5 é ladrão. Aqui você recebe 5 e pouco desconta o Imposto de Renda, cai para 4.672 o Deputado é ladrão. Os verdadeiros ladrões Deputado Tavares, estão acobertados em Brasília, no Rio, em São Paulo, são os grandes banqueiros deste País que "caíram do cavalo" com o plano real, roubaram o povo vergonhosamente, roubaram desta Nação. E agora está todo mundo quebrando, roubando, aonde se viu Deputado Augustinho Zucchi, abrir quinhentas contas fantasmas Deputado, rouba onze bilhões de dólares Deputado!

Agora já falaram que vão abrir uma CPI. "Deu disenteria no Brasil inteiro". Não pelo amor de Deus, não façam isso, não abram, porque vai cair o plano econômico, porque, quer dizer: Pode continuar roubando, pode continuar roubando à vontade.

Falaram em abrir uma CPI para saber como estão os Bancos do Brasil, Deputado Augustinho Zucchi, Deputado Reny Borsato deu uma disenteria tão grande, mas foi um pânico tão grande que eu olhei para o Ministro da Fazenda, parecia que ele estava transpirando, não sei se de medo ou de raiva.

— Esconder o quê? Esconder o quê, num País de terceiro mundo? Num País onde não tem saúde, num País onde não tem segurança, num País que não tem escolas, num País

onde o trabalhador ganha 100 reais por mês, num País onde o aposentado está sendo assassinado, rasgado, tendo a Constituição Brasileira rasgada na sua cara. Num País onde a professora continua ganhando salário de miséria.

Abriu o ano letivo agora nós não tínhamos professores nas salas de aula. Que vergonha Deputado Reny Borsato. Não tinha carteira, giz, não tem merenda escolar, não tem nada. Que País é este?

Falaram em abrir uma CPI, deu disenteria em toda a cúpula do Governo, eu não sei o que querem esconder.

Se um trabalhador abre uma conta num banco, num banco e solta um frio de 200 reais, Deputado Tavares, Deputado Antonio Belinati que chegou aqui agora, se o trabalhador abrir uma conta, Deputado Antonio Belinati, num banco e soltar o cheque frio, como Vossa Excelência vem sempre a essa tribuna e faz esse exemplo, o que acontece com ele, Deputado Belinati, cassam a conta, vai para o SEPROC, é seprocado, rasgam os seus direitos.

Ele não pode comprar nas Casas Pernambucanas, na Loja Riachuelo, em nenhum lugar, na Mesbla, em lugar nenhum desse País.

E os diretores do banco Nacional, Deputado Belinati, abriram quinhentas contas fantasmas. Roubaram 11 bilhões de dólares e ninguém fala em meter na cadeia esses canalhas, ladrões, vagabundos, ordinários, cafajestes.

Enquanto as penitenciárias estão abarrotadas de "pés-de-chinelos", ladrões de galinha.

Belinati, prenderam esses dias um cidadão que matou um tatu, aqui na região metropolitana.

Não sei se Vossa Excelência soube disso? Eu apresentei no meu programa de televisão. Prenderam um trabalhador que matou um tatu para comer. Está preso. E os diretores do Banco Nacional mataram o banco Nacional. Roubaram 11 bilhões de dólares e não estão na penitenciária. Não sentaram na "tromba do elefante", em hipótese alguma. Que País é este, Senhores?

Deixo aqui o meu repúdio. Deixo aqui como Deputado do Paraná, pelos votos que obtive nas últimas eleições - votos sagrados da urna democrática, fiel, decente, honrada, do povo brasileiro do meu Estado, que a cada quatro anos vai às urnas e votam em mim.

Porque o que eu tenho para falar ninguém haverá de calar a minha boca, nesse Parlamento. Deixo aqui o meu repúdio, em nome de 64.344 eleitores do Paraná.

Porque a Lei é criada, mas ela não é cumprida. Roubaram 11 bilhões de dólares e os canalhas que assaltaram o Banco Nacional não foram parar ainda na penitenciária

de Brasília, na penitenciária do Paraná, ou em qualquer penitenciária deste País.

Fica aqui o meu repúdio, a minha mágoa.

Porque você é Deputado e é espezinhado quando anda na rua: "Deputado ganha quatro mil e seiscentos reais". Mas ninguém sabe o que acontece no Gabinete do Deputado.

Ninguém sabe quantas vezes você tem que ir daqui para Londrina, daqui para Paranaguá, daqui para União da Vitória. Correr este Paraná inteiro. É muito bom ser Deputado, mas ninguém sabe o que acontece dentro do gabinete. É a mesma coisa; você sabe quantas pingas eu bebo, mas não sabe quantos tombos eu caio. É muito fácil meterem o "pau" no Deputado. Meterem o "pau" no Deputado que é canalha, ladrão, vagabundo, eu até admito. Mas, meter o "pau" num Parlamentar como esse, que é honrado, de 53 Deputados honrados e uma Deputada honrada e como são a maioria dos Parlamentos brasileiros.

Dos Diretores do banco Nacional ninguém fala nada. É até proibido falar. O Presidente do Banco Econômico que pegou bilhões de dólares, que gasta 11 mil reais passar o final de semana. Ele diz que tirava da conta corrente 11 mil reais para passar o final de semana para jantar com a família. Onde mil reais. Onze mil! Onze mil!

Que País é esse? Até quando o Brasil vai demorar para acordar, lavar a cara e tirar a máscara?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - PMDB com a palavra, o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, estou chegando do interior do Estado, mas especificamente da Cidade de Londrina, aonde nesse final de semana tive a oportunidade de me reunir mais uma vez com um grupo de pessoas, das mais variadas camadas sociais e dos mais variados segmentos sociais da cidade.

E alguns assuntos foram evidentemente ali debatidos e discutidos. E um deles me chamou a atenção, a ponto de me sentir na obrigação e no dever de trazê-lo a esta Casa através desta comunicação.

Refiro-me ao problema das drogas neste Estado. Todos os dias nós assistimos no noticiário da grande imprensa e da imprensa regional notícias de ações praticadas pelo Estado através da sua polícia, ações praticadas no Estado através da Polícia Federal e que nos dá uma visão clara da gravidade desse problema relacionado com as drogas.

Todos os dias está aí o noticiário a

nos informar que quilos e quilos, toneladas e toneladas de drogas são apreendidas.

Parece-me que quanto mais se noticia, quanto mais informações nós recebemos de apreensões, de prisões, mais o problema se evolui. E isto lamentavelmente está hoje afetando diretamente, mais diretamente a nossa sociedade.

Parece-me até que é um problema quase que insolúvel.

E eu, nesta reunião, Deputado Alborghetti, lá em Londrina, na nossa cidade, ouvi algumas mães narrarem de maneira muito melancólica experiências vividas com seus familiares nesta estrada negra, quase sem volta que é o caminho das drogas.

E passei a fazer uma reflexão já que tenho, durante toda a minha vida, me preocupado com esta questão, o que mais a gente poderia fazer, e eu me convenci de que de trazer este problema à discussão desse Parlamento, porque realmente do jeito que as coisas estão, Deputado Neivo Beraldin, não é possível, não dá para nós continuarmos assistindo noticiários, sendo informados por famílias, por pais, por mães desesperadas ao verem seus filhos envolvidos com esta questão, e nós Deputados Alborghetti, apenas passivamente ou indiferentemente nada fazemos.

E recordo-me que quando estava à frente da Secretaria da Justiça, nós desenvolvemos algumas ações no âmbito daquela Pasta, para enfrentar esse problema da forma mais objetiva possível, já que à Secretaria da Justiça cabe a função preventiva, a função educativa, a orientação, o preparo de pessoal para fazer esse enfrentamento.

E a Secretaria de Segurança Pública, isso para ficarmos no âmbito do Poder Executivo, cabe a repressão através da Polícia Civil e através da Polícia Militar.

E eu gostaria de fazer aqui um apelo aos dois Secretários de Governo que nós temos, o da Justiça e o da Segurança, ao da Justiça para que encetem campanhas e que adotem providências, se é que já não vêm adotando, no sentido de agilizar o funcionamento do Conselho Estadual de Entorpecentes, que é um órgão que pertence àquela pasta, dirigido por pessoas das mais diferentes profissões e que durante a minha gestão realizou um trabalho extraordinário dirigido para a educação, para a prevenção e para a formação de pessoal especializado. No meu tempo nós preparamos 2.500 professores das redes Estadual e Municipal de Educação. Esses professores foram preparados nobre Líder Toti Colaço, para nas suas escolas, em todo o interior do Estado saberem, tratar da questão das drogas de maneira técnica e profissional, de tal sorte, que os resultados pudessem

ser muito mais positivos do que negativos.

Eu às vezes fico aqui a me perguntar, diante do desespero dessas famílias com quem conversei neste fim de semana em Londrina. Será que a Secretaria da Justiça vem dando seguimento a este programa estadual de recuperação, de prevenção ao uso das drogas? Hoje está em discussão em Brasília a questão de uma maior punição para o consumidor das drogas, Deputado Alborghetti, e como cidadão comum assistindo esta discussão, evidentemente a gente tem que ao fazer uma reflexão dela, chegar a um posicionamento. E sem dúvida alguma, porque é que a cada dia, quanto mais prende traficantes, quanto mais apreende-se drogas neste país, mais o tráfico cresce. Porque evidentemente tem quem consome a droga, tem quem compra, é a tal da presa útil, é do inocente útil, é do cidadão do jovem que está sendo instrumento desse verdadeiro câncer. E lamentavelmente até eu quando fui deputado federal acabei me colocando ao lado daqueles que entendem que o consumidor tem que ser tratado apenas como usuário, como um dependente e na maioria das vezes, como um tratamento terapêutico. E desta maneira, nós indiretamente acabamos contribuindo para aumentar ainda mais o tráfico de drogas neste país.

Porque se não tivesse quem adquirisse as drogas, evidentemente que não haveria a figura do traficante. Se não houvesse em grande escala o consumo, não haveria em maior escala o tráfico.

Então nós temos que começar a nos debruçarmos sobre esta realidade. Esta Casa não pode ficar indiferente a pretexto de que a questão das drogas é mais de competência da União, do Governo Federal e não nossa. Não, é nossa sim! É nossa sim; porque as famílias residem nas cidades, as cidades estão nos Estados e nós somos representantes dessas cidades e somos representantes deste Estado. Temos que nos debruçar mais e mais a respeito dessa problemática. Temos que encontrar uma solução, temos que apresentar uma proposta, temos que sugerir idéias para os nossos representantes em Brasília, para o Poder Executivo do Estado, para o Poder Executivo da União. Realmente nós temos que fazer o enfrentamento como ele deve ser feito. Não dá para ignorarmos o aumento vertiginoso do consumo das drogas no nosso Estado.

Em Londrina, Deputado Belinati sabe disso, o problema se agigantou de tal maneira que aonde a gente vai, a genteouve o relato dramático de famílias que têm seus filhos, o maior patrimônio que uma família pode ter, envolvida com essa questão terrível das drogas. Então nós temos que fazer alguma coisa, esta Casa tem que se posicionar claramente diante deste fa-

to. Nós temos que procurar ainda mais encontrar uma alternativa que possa fazer com que o consumidor, ao tempo em que ele é tratado como um dependente das drogas, mais ele tem que ser tratado também como alguém que colabora para o aumento do tráfico. Já que o traficante as penas aí impostas elas são mais do que suficientes. Não sou daqueles que acha que tem que majorar as penas para o traficante de drogas no país. As penas existentes são suficientes. Ao traficante não dá o direito de prescrição de pena; ao traficante não dá o direito de fiança, o traficante não tem liberdade condicional. A situação para o traficante é muito mais dura do que era até bem pouco tempo. Mas, de qualquer maneira, nós temos que fazer, de encontrar uma saída, uma alternativa de ação por parte da justiça, se valendo de um instrumento legal em relação ao exercício de consumidores. Nós temos dois ou três tipos de consumidores, e, eu diria que a grande maioria dos consumidores de drogas começa consumir a droga, porque é uma questão de moda, uma questão de geração. Então, nós temos que desenvolver uma campanha mais educativa, mais preventiva do que punitiva, mas não podemos deixar também de acionar os mecanismos que nós dispomos para fazer com que, o consumidor da droga, o usuário da droga, aquele que estimula mais e mais o tráfico da droga seja também, pague também, arque também com as consequências legais da sua ação, porque senão vamos continuar daqui a dez anos, quinze anos, vinte anos fazendo discursos extravasando uma indignação que a gente colhe a cada final de semana quando vai ter uma reunião com segmentos organizados ou não da sociedade, e o problema vai se avolumando. Então, no âmbito do Estado do Paraná nós temos o instrumento preventivo, educativo, que é a Secretaria da Justiça, que é o Conselho Estadual de Entorpecentes. vamos fazer um apelo ao Secretário de Justiça, ao Presidente do CONEN, para que amplie as ações do Conselho, no sentido de aumentar o número de ações junto às escolas municipais, estaduais, aos clubes de serviço do nosso Estado. E, por outro lado a Secretaria de Segurança Pública, para ficar no âmbito do nosso Estado, uma ação mais determinada da Polícia Civil, da Polícia Militar, no sentido de, fazer com que a lei seja cumprida e colocar os traficantes na cadeia.

Com isso nós estaremos dando a nossa contribuição para uns dos problemas mais graves dos dias atuais, do mundo contemporâneo que nós estamos vivendo, e, lamentavelmente vivendo de maneira dramática, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - PDT com a palavra.
Declina.
PSDB, com a palavra Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Cara Deputada Irondi Pugliesi.

Semana passada, eu fui a Brasília como representante de Foz do Iguaçu, uma Cidade que passa por dificuldades na sua economia, nas suas atividades econômicas, buscar das autoridades federais apoio, um alento para reverter esta situação difícil pela qual passamos.

Na quarta-feira, dia sete, tive audiência, o Presidente do EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo, Dr. Caio Luiz de Carvalho, acompanhou o Presidente o Diretor de fomento dessa empresa, Dr. Bismarck Maia, e, nessa oportunidade, com documentos em mãos, assinados pelo Sindicato de Hotelaria de Foz do Iguaçu, que, estava representada pela empresária Neuci Rafahinn, tivemos a oportunidade de fazer um relato nos detalhes da dificuldade porque passa Foz do Iguaçu em todos os setores, mas, particularmente no setor de hotelaria.

Tivemos oportunidade de colocar ao Presidente da Embratur e o Diretor de Fomento que apenas 30% essa é a média dos últimos tempos de ocupação da nossa capacidade instalada dos hotéis, apenas 30% dos leitos estão sendo ocupados, uma média baixíssima que não sustenta, não dá condições de sequer pagar os custos de manutenção dessa estrutura. E não é de graça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que hoje estamos vendo em Foz do Iguaçu, com muita tristeza, que hotéis tradicionais da cidade, de famílias tradicionais da cidade estão cerrando suas portas, fechando suas portas, que restaurantes com capacidade instalada para atender 1200, 1500 pessoas ao mesmo tempo num refeição, está funcionando com sete, oito dez pessoas dentro do restaurante almoçando. Que a categoria que através de números de sindicato que temos em mãos já teve 9.600 pessoas, 9600 famílias, conseqüentemente, empregada e trabalhando no setor, hoje tem menos de 3000 pessoas trabalhando no setor e com salários achatados, salários aviltados, porque a demanda é muito menor que a oferta de empregos no setor. Enfim, de forma contrastante colocamos que apesar do potencial que nós temos em Foz do Iguaçu, temos aí a beleza das Cataratas do Iguaçu, a magnitude da hidrelétrica de Itaipu, comércio do Paraguai, comércio da Argentina, temos os três marcos, Rio Paraná, Rio Iguaçu, o lago de Itaipu, Parque Nacional que é patrimônio da humanidade e como falei uma estrutura invejável e extraordinariamente

à disposição do turismo nacional e internacional, mas contrastando com toda esta potencialidade, terceiro parque hoteleiro do Brasil, rodovias internacionais, aeroporto internacional, a nossa cidade está vazia, vazia e o setor de hotelaria, restaurantes, taxistas, kombistas, garçons, todos eles sofrendo na carne as conseqüências dessa quebradeira. Para nosso alento tivemos a pronta reação do diretor presidente da Embratur e também do diretor de fomento da EMBRATUR que se propuseram a entrar em contato imediatamente com as autoridades do setor no Estado do Paraná, o Presidente da EMBRATUR que é de Foz do Iguaçu e o Secretário de Turismo do Estado do Paraná, o Silvio Barros, para tomar logicamente alguma atitude para reverter este quadro, lógico, envolvendo também a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu através do órgão competente que é a FOZTUR. O fato é que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se não for feito algo imediatamente, a quebradeira vai ser maior e a crise porque passa nossa cidade vai ser ainda pior, porque estamos na verdade no fundo do poço, já tivemos o comércio de fronteira literalmente quebrado, quem conhece Foz do Iguaçu sabe que tínhamos mais de quinhentas empresas instaladas e funcionando na região da ponte que vivia do comércio de venda no varejo, mas para exportação para o Paraguai, desses 500 estabelecimentos comerciais apenas 150 estão funcionando. Agora o turismo indo literalmente a bancarrota, se não for feito alguma coisa certamente as conseqüências serão trágicas porque para destruir o prazo é mais curto, para dilapidar o prazo é mais curto, para reconstruir tudo fica muito mais difícil.

E para registrar também acompanhamos no dia 07 no Palácio do Planalto o lançamento do Programa Nacional de Turismo, pela EMBRATUR, pelo Ministério da Indústria e Comércio, que foi prestigiado pelo próprio Presidente da República, foi um evento de grande magnitude, contou com a presença de cinco Ministros, como falei prestigiado pelo próprio Presidente da República e que já foram adotadas algumas medidas práticas para fazer com que esta indústria extraordinária que é o turismo, que cresce no Brasil, que cresce no mundo, seja de fato aproveitada na sua potencialidade como indústria, indústria que gera emprego, que gera impostos, que promove o desenvolvimento. Vale a pena ressaltar aqui que o Programa de Municipalização do Turismo lançado em Brasília, contou com a adesão de pronto dos Estados do Nordeste que estão andando muito mais rapidamente que os Estados do Sudeste e do Sul na adesão aos programas de turismo. O Estado do Espírito Santo na hora, assinou o programa

de municipalização do Turismo, foi assinada portaria pelo Ministro da Aeronáutica criando o programa sub-regional da aviação que é uma coisa extraordinariamente importante uma vez, com essa portaria quebra-se o monopólio da VARIG, da VASP, da TRANSBRAZIL em operar na maioria dos Aeroportos brasileiros, como é o caso do Aeroporto de Foz do Iguaçu. Para que V.Exa. Sr. Presidente e Srs. Deputados tenham noção, hoje um turista para sair da Cidade de Córdoba da Argentina para chegar em Foz do Iguaçu, tem que vir a Porto Iguaçu, tem que ir a São Paulo para depois voltar a Foz do Iguaçu quando percorre aí milhares e milhares de quilômetros quando numa linha reta ele poderia vir de Córdoba a Foz do Iguaçu num período de 40 minutos de voo. Essa portaria abre os Aeroportos para os voos sub-regionais o que é um grande avanço, coisa que era inimaginável há curto tempo atrás. Houve adesão da CEF, através do comitê executivo do Programa Nacional de Municipalização do Turismo que estará gerenciando empréstimos de Hum Bilhão de Dólares para o setor, dinheiro a custo de mercado internacional, através do BNDES e também protocolos de intenções entre diversas autoridades do próprio Governo Federal para incentivar e desenvolver o Turismo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de fazer aqui de público uma cobrança ao Governo do Estado. O Governador Jaime Lerner ganhou as eleições em alguns Municípios da nossa Região muito com base na proposta que elaborou e divulgou durante a campanha na área do Turismo. Criação, por exemplo, do Programa Costa-Oeste que visa o desenvolvimento da Região, a promessa de instalar em Foz do Iguaçu a Secretaria Estadual de Turismo, colocando nessa Secretaria um integrante da comunidade iguaçuense, coisas que não aconteceram, o Governador Jaime Lerner tem uma visão boa, na minha concepção, do que é o Turismo, da importância dessa indústria do Turismo, mas até o presente momento não deu respostas aos nossos anseios e às nossas cobranças. Então fica aqui também, o apelo para que o Governo do Estado, através da Secretaria de Turismo, através da PARANATUR, que tem na sua direção um iguaçuense, faça algo de concreto e o mais rápido possível, inclusive aproveitando esse grande pacote lançado pelo Governo Federal na área, no setor, para reverter a situação de quebradeira do Turismo de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra PFL.

PFL cede a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Quero agradecer o PFL por permitir o uso deste espaço e Senhor Presidente, Deputado Neivo Beraldin, Senhores Deputados, assisti pela televisão neste final de semana, em rede no Paraná todo, na Rede Globo apareceu, na CNT apareceu, na TV Bandeirantes apareceu, no Jornal do SBT apareceu, praticamente no horário nobre da televisão paranaense, uma inserção de uma propaganda por parte do Governo do Estado, não era bem propriamente do Governo do Estado, era uma propaganda da Empresa Paranaense de Energia Elétrica, da COPEL, tratando da questão do aumento da tarifa da energia elétrica. Lamentavelmente eu fui surpreendido com este programa de televisão, com esta propaganda da COPEL porque cá entre nós, Srs. Deputados, a Assembléia Legislativa fez um esforço, cinco, seis Deputados estiveram na COPEL para discutir, os Vereadores de várias regiões do Paraná estiveram lá presentes e não foram recebidos e nesta propaganda há uma inverdade muito grande.

O Sr. Cezar Silvestri (Aparte) - (Assentimento).

Com certeza o Deputado Ângelo Vanhoni vai falar com relação à propaganda que está sendo veiculada nos meios de comunicação, inclusive CB, na rádio, escutei hoje pela manhã, quando diz claramente a todos os consumidores da COPEL, principalmente aqueles que estão encontrando dificuldade no pagamento das suas tarifas, de que procurem uma agência da COPEL para renegociar esse aumento da tarifa, e acho que a inverdade que Vossa Excelência vai falar é quando, na propaganda diz que "aumentos concedidos pelo Governo Federal", claramente.

E a informação que tenho, inclusive estou solicitando essa informação por escrito, que diz que o Governo Federal através do DENAE, autorizou inclusive através de uma carta consulta, feita pela COPEL, quando a COPEL solicitava a retirada de subsídios nas tarifas de energia. Então ela solicitava a retirada de subsídios, o Governo Federal autorizou a retirada, mas o aumento de tarifa foi única e exclusivamente por vontade política da própria COPEL. E ela está jogando para todos os consumidores, para todos os paranaenses que o grande culpado pelo aumento de tarifa é o Governo Federal. Fiz esta solicitação por escrito ao Governo Federal e acho que nós temos que desmentir essa inverdade que está sendo vinculada através de todos os meios de comunicação.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Olha, Vossa Excelência tem toda razão, a informação que temos, Deputado Neivo Beraldin, e in-

clusive estamos com a cópia do Diário Oficial, onde há esta consulta por parte da COPEL, solicitando permissão para retirar subsídios aqui na energia elétrica do Paraná. Quero dizer aqui na Assembléia Legislativa, que estamos estudando da possibilidade de entrar na justiça, contra a propaganda enganosa que a Companhia de Energia Elétrica está fazendo aos consumidores do Estado do Paraná.

Mas o que é mais grave, Senhores Deputados, é de que a última fala do locutor que apresenta proposta da COPEL, acusa qualquer um de se contrapor as informações ali contidas naquele programa de televisão, de ser desonesto.

Em primeiro lugar, ninguém está querendo fazer alguma acusação a COPEL. Procuramos querer saber, quais são os motivos financeiros, do porquê que a Companhia de Energia Elétrica procedeu desta forma, majorando as tarifas de energia elétrica, sobretudo, para os consumidores de baixa renda no Estado do Paraná.

Acho que o intuito dessa interrogação não tem nada de desonesto. A COPEL tem várias informações, tem um número enorme de informações e se nega a prestar essas informações através da Assembléia, pedidos de informações já foram feitos nesse sentido, lamentavelmente não foram aprovados.

Então, quero dizer que nós estamos estudando a possibilidade de entrar na justiça contra a propaganda enganosa que a Companhia de Energia Elétrica está fazendo. E pedi a suspensão deste programa, desta propaganda da televisão.

Outra coisa, nós estamos entrando com requerimento hoje, de minha autoria, gostaria de contar com o apoio dos Senhores Deputados, que diz o seguinte esse requerimento. É um requerimento endereçado ao Senhor Governador do Estado, Senhor Jaime Lerner. Para que o Governador autorize a COPEL a proceder estudos na introdução da tarifa social no nosso Estado, isto é, aqueles consumidores, até determinado quilowatt por mês, teria uma tarifa social. Isto é possível, nós já discutimos, já temos as informações a respeito do DENAE que é o Departamento Nacional de Energia, é possível que a COPEL e o Governo do Estado, através de um decreto-lei, de um decreto feito pelo Governador, implante a tarifa social para os consumidores de baixa renda, isto viria minorar e muito os problemas que têm ocasionados com a retirada dos subsídios na energia elétrica.

E vem mais um alerta, porque quem leu a Folha de São Paulo e a Gazeta Mercantil de sábado, sabe que no mês de abril, está previsto um aumento de 51% na energia elétrica para os consumidores em todo o País.

Outra coisa que deveremos entrar amanhã, é que o Governo do Estado junto com a

Bancada Federal dos Deputados Federais faça um esforço, acho que é um bom clima junto a Bancada Federal, os 30 Deputados do Estado do Paraná deram uma demonstração ímpar no sentido de se unirem para prestigiar o Estado do Paraná quando da questão, da discussão das verbas do orçamento da União, há uma união hoje da Bancada Federal, e é possível que avancemos numa discussão. Como os Senhores sabem o atual Ministro, quando era Deputado Federal, o Sr. José Serra, Deputado Federal do PSDB de São Paulo, ele fez uma Emenda na Constituição que mandava a cobrança do ICMS. E esse ICMS na energia elétrica não é cobrado na ponta, é cobrado, aliás, não é cobrado na geração de energia, é cobrado na ponta.

Isto por que? Isto porque, o Estado de Minas, o Estado de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro, aliás, atualmente e nos próximos 10, 15 anos são Estados absolutamente importadores de energia. E isso significa que a COPEL, a empresa paranaense de fornecimento e geração de energia elétrica, que exporta 60% da energia elétrica do Estado do Paraná, não cobra dividendos disso. Alagamos as nossas terras, criamos problemas sociais, temos que ir atrás do investimento para a construção das usinas hidrelétricas e quem cobra o ICMS é o Estado de São Paulo, que sai lucrando com o ICMS, é o Estado de Minas e é o Estado do Rio de Janeiro.

É uma profunda injustiça, esta Emenda na Constituição trouxe para o Estado do Paraná. Sobretudo, dos Estados do Sudeste, do Sul, o Estado que mais saiu prejudicado com esta alteração na Constituição foi o Estado do Paraná.

Todos sabemos que os rios da Bacia do Amazonas, são rios que são aproveitáveis para a construção de hidrelétricas e podem produzir energia num custo muito barato. São rios que têm todos os projetos nesse sentido.

O Estado do Amazonas, que é um Estado pobre, que é um Estado que precisa se desenvolver, toda aquela região. Ao prevalecer esta Emenda na Constituição, não tenham dúvidas os Estados do Centro estarão exportando energia elétrica do Amazonas, dos afluentes do Rio Amazonas, da Bacia do Rio Amazonas, estarão importando energia de lá. E os Estados do Nordeste, daquela região do Centro ali e mais como Goiás, o Mato Grosso e toda a região do Amazonas, não terão ICMS para poder fazer com que os investimentos de infra-estrutura naquela região sejam feitas.

Então, o que estamos solicitando é que a Bancada do Governo sensibilize o Governador, para que o Governador do Estado do Paraná, seja o principal articulador e o principal defensor desta idéia, desta tese

da mudança na Constituição, sobre a cobrança de ICMS. Não na ponta mas, na geração, isto é, a Usina de Segredo, a Usina do Foz do Areia e a Usina de Salto Caxias, que têm os dividendos em relação a cobrança de ICMS para o Estado do Paraná.

O Sr. José Tavares - Nobre Deputado Vanhoni, apenas para somar-me a sua preocupação.

Gostaria de dar um testemunho de quem viveu a ampla e profunda discussão desta matéria na Constituinte. E V. Exa. coloca com muita propriedade a questão e destaca a sua importância.

E é oportuno que este assunto seja colocado em discussão neste momento, de forma como V. Exa. o faz, exatamente, porque o que o Paraná perdeu com a aprovação desta Emenda a Constituição ou Emenda Constitucional, durante os trabalhos da Constituinte não foi brincadeira.

Coloquei-me do lado daqueles que eram contrários à sua aprovação e fomos vencidos, fomos derrotados no voto.

Mas lamentavelmente, não vi naquela oportunidade o empenho de todas as nossas maiores lideranças, para que essa Emenda não fosse aprovada. Foi um verdadeiro rolo compressor da chamada Bancada Paulista, que na época, era liderada pelo Senador Mário Covas e pelo Deputado José Serra.

E se agora Exa. este Estado não se mobilizar através de suas mais representativas forças, destacando-se dentre elas a do Governador, como bem coloca V. Exa. este texto vai continuar na Constituição e o Estado perdendo uma verdadeira fortuna, uma fábula de recursos, que por uma questão até de justiça o Estado teria direito a eles.

É uma questão de representatividade, quem pode mais consegue mais, só que não podemos continuar aceitando esse tipo de regra e por isso mesmo que cumprimento Vossa Excelência e reforço o apelo que Vossa Excelência faz no sentido de que as nossas lideranças comandadas pelo nosso Governador que desfruta de um grande conceito nacional, hoje, para que possamos com isto rever este texto e devolver ao Estado aquilo que é de direito.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Só para terminar, Senhor Presidente, muito obrigado pelo aparte, Deputado José Tavares.

Chegam a especular, não tenho os dados, mas chegam a especular que a perda anual ultrapassa 500 milhões de reais. Então, o Estado do Paraná tem uma receita de ICMS na ordem de 200 milhões, perto disso, um pouquinho para mais, um pouquinho para menos, mensal. É esta a arrecadação do Estado durante o ano, o que perfaz uma soma anual perto de 2,5 bilhões de reais. Esta-

mos perdendo dois meses de arrecadação em relação a esta emenda constitucional que foi mandada para prevalecer os interesses de São Paulo, principalmente, de Minas e do Rio de Janeiro.

Esta situação, inclusive com a construção de Salto Caxias, pode agravar ainda mais as perdas que o Paraná vai ter nos próximos anos. Seria necessário uma posição de envergadura por parte do nosso Governo.

Era isso, Senhor Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - PPB; Liderança do Governo.

Pela ordem, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço uma questão de ordem, neste momento para deixar registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, o falecimento, na última quinta-feira e consequente sepultamento de uma das mais importantes lideranças políticas do Vale do Ivaí, o Senhor João Domiciano Barbosa, popularmente conhecido, como João Mineiro, Vereador que foi do Município de Manoel Ribas; três vezes Vereador de Jardim Alegre. Foi eleito, em 1964, vice-Prefeito de Jardim Alegre, tendo desempenhado, inclusive, as funções de Prefeito Municipal. Uma pessoa que morreu aos 87 anos de idade e deixou um legado político muito significativo, não só para Jardim Alegre, mas para todo o Vale do Ivaí. Uma pessoa das mais dinâmicas, competente, séria e que marcou época e história na política do Paraná, em especial do velho MDB e PMDB, tendo o seu nome registrado dentre os fatos que marcaram a política de velho MDB; no livro de autoria do nosso companheiro jornalista Silvio Sebastião.

Portanto, perde Jardim Alegre, o Vale do Ivaí, uma das principais lideranças políticas, o velho e conhecido amigo meu, amigo do Antônio Belinati, do José Richa, do Álvaro Dias, do Gabardo, do Alencar Furtado e de tantas outras lideranças do velho MDB de guerra, o nosso querido João Domiciano Barbosa, popularmente conhecido como João Mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência também quer se associar com os votos do mais profundo pesar pelo falecimento do amigo.

Projetos que necessitam de apoio: Deputado Élio Rusch, Deputado Albanor Gomes (02); Deputado Eduardo Trevisan (04); Deputado Luiz Claudio Romanelli. Apoiados.

SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Substitutiva Geral, ao Projeto de Lei nº 345/95, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Anexar ao Projeto.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Toti Colaço, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando a composição da Bancada do PMDB, para as Comissões Permanentes desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Élio Rusch, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para compor a Comissão de Constituição e Justiça, na condição de Titular e Suplente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Irineu Colombo, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para a composição das Comissões Permanentes desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Albanor Gomes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constata da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/95 de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que institui a Cédula de Identidade Funcional para os Servidores Cíveis do Estado, em atividade ou aposentados. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. Com EMENDA da C.C.J..

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/95 de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede Dispensa de Parte de Jornada de Trabalho à Servidora Pública que seja Mãe, Esposa ou Companheira, Tutora, Curadora ou Responsável por pessoa portadora de Deficiência. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J.. e FAVORÁVEL da C.S.P..

Sobre os referidos projetos, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões dos Projetos de Lei nºs 007 e 013/95.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/95. de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que prorroga até 30 de dezembro de 1995, o prazo fixado no Parágrafo Único, do Art. 1º da Lei nº 10.509, de 27 de outubro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, há uma Emenda Modificativa Corretiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, com apoio dos Srs. Deputados Walmor Trentini, Irineu Colombo, Doutor Rosinha e Techy Filho. (Emenda já lida no Expediente da presente Sessão).

Projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/95 de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo a Criar o Colégio Agrícola Metropolitano e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E.C.E. e C.A.I.C..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 152/95.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/95 de autoria do Deputado Cesar Silvestri, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Instalar no Município de Guarapuava, uma Delegacia da Mulher. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e

S.P.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/95 de autoria do Deputado Beto Richa, que Declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial de Santa Mariana - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 046/95 de autoria da Deputada Irondi Pugliesi e do Deputado Jocelito Canto, que Institui o Prêmio Dia Internacional da Mulher Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.. Em REGIME de URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sobre a mesa, requerimento nº 201, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 200, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 202, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) - Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, esse voto nós daremos à decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Luiz Eduardo Magalhães, por conta da visita que foi feita a ele pelos Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu, associado à OAB do Brasil; foi pedido para ele para ser instalada uma comissão externa, com o objetivo de ir até Santa Rita, no Paraguai e também ali nas prisões, onde nós temos brasileiros presos, conforme denúncia pela imprensa paranaense são torturados.

Então queremos, com isso, reforçar a decisão da Câmara dos Deputados, mesmo porque esses deputados federais que precisam todo um aparato logístico para executar um bom trabalho, e diga-se de passagem muitos brasileiros que estão lá são paranaenses. E queremos aqui também manifestar que a preocupação inicialmente feita pelo Deputado Sérgio Spada, representante da Fronteira que tem amigos, tem eleitores, tem parentes quem sabe lá no Paraguai que estão cercados por essa situação que é perigosíssima.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem) - Gostaria de uma informação. Não estava atento, está sendo votado um requerimento querendo

uma Comissão para acompanhar... não prestei atenção, gostaria que repetisse a leitura deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Requer envio de expediente à Câmara dos Deputados, assinado pelo Deputado Irineu Colombo.

O SR. SÉRGIO SPADA - Só queria comunicar à Casa e ao Deputado Irineu Colombo que estarei entrando com um requerimento, pedindo que a Assembleia Legislativa acompanhe o sofrimento e os interesses do povo paranaense que na maioria dos municípios são paranaenses que lá estão, criasse uma Comissão e acompanhasse a OAB, enfim as entidades que estão fazendo esse trabalho em favor dos brasileiros que moram no Paraguai.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em discussão o Requerimento. Em votação. **Será enviado a Câmara dos Deputados.**

Requerimento nº 212, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 213 e 215 de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 214, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 211-A, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 216, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar, Senhor Presidente) - Senhor Presidente, apresentei nesta Casa de Leis, o Projeto de Lei sobre a questão do ICMS.

O ICMS do Estado do Paraná sobre o consumo de energia elétrica é o mais alto do Brasil.

É a alíquota de 25%. Estou propondo neste Projeto de Lei e estou aí com o pedido que seja apreciado o regime de urgência, para quem consome até 300, 400 KWTS

que é um consumo pequeno, principalmente das residências, para que este ICMS seja diminuído.

Então esse projeto deverá vir a esta Casa de Leis e os Senhores Deputados terão a oportunidade de ajudar na discussão da possibilidade ou não que nós possamos fazer uma redução da carga tributária do ICMS, sobre a tarifa de energia elétrica dos consumidores de baixa renda.

Esse requerimento é dentro dessa ótica de atender os consumidores de baixa renda. Esse requerimento nada mais é do que um apelo da Assembléia Legislativa para que o Governador comece estudos junto com a COPEL para introdução da tarifa social.

Isto é, quem consumir até determinado padrão terá uma tarifa diferenciada do que aqueles que podem pagar.

Se eu tenho um salário de mil reais, ou de hum mil e quinhentos reais e tenho um consumo de 160 KWTS mês ou 200 KWTS mês, e tenho que pagar 30 reais, tranquilamente posso absorver este impacto no meu orçamento doméstico. Agora, para quem ganha até três salários-mínimos, ter que pagar 10% do salário mínimo em energia elétrica, quer dizer, 30% do salário mínimo em energia elétrica, cá entre nós, vamos ter a certeza de que impacto no custo de vida dessa população é muito grande.

Então, é neste sentido que nós estamos fazendo este apelo. Gostaria que a Bancada do Governo apoiasse este requerimento, porque ele está pautado no bom senso e, deve ser aprovado por esta Casa de Leis.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) -

Apenas para informar que, em momento algum a Bancada Governista se oporia à aprovação desse Requerimento, porque já, na semana passada o Governador Jaime Lerner determinou um estudo junto à COPEL, no sentido de encontrar uma solução para achar uma tarifa social, exatamente para atingir as pessoas de menor poder aquisitivo.

Portanto, o Requerimento do Deputado Vanhoni, vem exatamente no sentido desta nova proposta do Governo do Estado.

Por esta razão nós vamos aprová-lo sem qualquer interesse de discutir ou votar contrário. Nós vamos apoiar o Requerimento.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar) -

Com certeza a Bancada do PSDB deverá dar total apoio a esse requerimento. Agora, o questionamento que nós fazemos é no seguinte sentido, até pela propaganda que o próprio governo vem fazendo, quando diz que o aumento foi dado pelo Governo Federal e que, está chamando o consumidor para que discuta caso a caso, aquele consumidor que está encontrando dificuldades para pa-

gar o aumento de tarifa, que a COPEL vai ser complacente e vai analisar caso a caso.

Se a COPEL tem a possibilidade de negociar caso a caso, significa que a vontade o aumento foi exclusivamente da COPEL, não foi uma imposição do Governo Federal.

O que precisa ficar claro é de que, o aumento foi uma vontade política da COPEL e de que, ela tem que assumir esse ônus. Com relação a este requerimento não tem nada que faça a nossa Bancada não dê apoio, porque ele é extremamente justo.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em Votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 222, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, com apoio dos Senhores Deputados Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha e Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste Requerimento manifestamos a preocupação com relação a prisão do Senhor Hector Segundo Neira Chavarry, ex-Diretor geral do Banco Central de Reservas do Peru, e também do ex-Presidente do Banco Central do Peru, Leonel Ramires Figueroa, eles estão presos na Polícia Federal aqui, no Estado do Paraná.

Fui procurado na semana que passou pela Senhora Marilinda que, procurou a Presidência desta Casa, e foi encaminhada a mim, para que ela manifestasse as preocupações com relação ao atendimento que está sendo dado a estes Senhores, para que os Deputados entendam, e nós queremos que todos manifestem esta preocupação, por ocasião do golpe do Fujimori, no Peru, esses dois Senhores fugiram, e vieram clandestinamente a Curitiba.

Como outros tentaram pedir asilo e conseguiram, em outros Países, foram perseguidos, porque havia endereço certo, havia nomes, sabiam onde eles estavam, foram perseguidos pela imprensa peruana, e também por pistoleiros ou pessoas mandadas pelo então Presidente Fujimori. Eles com esse medo, não pediram o asilo político no Brasil.

Portanto, para a legislação nossa eles estavam de forma absolutamente irregular, tanto é que a Polícia Federal, através do pedido de extradição feito pelo Governo Fujimori, foram todos eles presos aqui em Curitiba e estão no aguardo de uma decisão da Justiça brasileira.

Há uma tendência deles não serem extraditados, porque a justiça pode entender que por motivo de segurança eles permaneceram clandestinos aqui, mas eles podem

ser considerados efetivamente exilados políticos porque assim eles saíram do seu País, porque o Banco Central lá imediatamente sofreu intervenção.

Então, não quero entrar no mérito e não posso dizer se eles são pessoas absolutamente idôneas ou não, mas o Brasil como é um Estado democrático, o Paraná, nós, Deputados do Paraná, com aptidões democráticas, devemos partir do princípio que um Estado que não está no pleno gozo do seu direito demorativo, devemos dar asilo político àqueles que são perseguidos por este Estado ditatorial.

Portanto, esta é a nossa preocupação que queremos levar ao Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em votação o requerimento do Deputado Irineu Colombo. **Aprovado.**

Requerimentos n°s 128, 129 e 159 a 165, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

Requerimento n° 171, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 203, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 204 a 211, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 214-A, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 215-A, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SENHOR DEPUTADO (Pela ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 217, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SENHOR DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 218, de autoria do Se-

nhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento n° 219, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 221, 228, 231, 243, 247 e 254/95.

Convoco ainda, os Senhores Deputados para a sessão solene em comemoração aos 150 anos do Colégio Estadual do Paraná, a realizar-se terça-feira, dia 12, às dezessete horas.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 013/96

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de ANTONIO GARCIA, matrícula n° 20, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos dos itens XVII e XI do art. 2º, da Instrução Normativa n° 02, da Receita Federal, de 07 de janeiro de 1993, e art. 6º inciso XIV, da Lei n° 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

(Prot. n° 5061)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 014/96

I - exonerar, a pedido, IRACI MARQUES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Walmor Trentini, a partir de 1º de janeiro de 1996;

II - prover, LORENA LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Walmor Trentini, a partir de 1º de janeiro de 1996.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.01.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 016/96

I - exonerar, a pedido, RENI APARECIDA EIDAM, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a

partir de 1º de fevereiro de 1996;

II - prover, ANA PAULA KRAVCHYCHYN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 017/96

I - exonerar, a pedido, GUILHERME RAMOS DE ARAÚJO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

II - prover, ANA CAROLINA DE ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 019/96

I - exonerar, a pedido, ELAINE BORELLA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1996;

II - exonerar, a pedido, FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1996;

III - prover, ROSEMERI BERTOLLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1996;

IV - prover, ISMAIR EUFRASIO DE SIQUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 020/96

exonerar, a pedido, CARLOS MAGNO DA CRUZ JUNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 021/96

I - exonerar, a pedido, ROSELI DE CASTRO ALVES, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

II - prover, ROSELI DE CASTRO ALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 022/96

I - exonerar, a pedido, ELI RAINEKI DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de fevereiro de 1996;

II - prover, OMAR WALTER AGUIAR FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo

3-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de fevereiro de 1996. (Prot. nº 230)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 023/96

I - exonerar, a pedido, ITAMAR DOLATA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de fevereiro de 1996;

II - prover, LUCIANO DA SILVEIRA VIOLADA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

(Prot. nº 521)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.96

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 024/96

I - exonerar, a pedido, IVES GONÇALVES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de fevereiro de 1996;

II - prover, EDEL GUSMÃO DOS ANJOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

(Prot. nº 756)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.02.96

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 025/96

I - exonerar, a pedido, EDIUCÉLIA FÁTIMA FERREIRA NEVES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de fevereiro de 1996;

II - exonerar, a pedido, MARCELO FRANCO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de fevereiro de 1996;

III - exonerar, a pedido, LUIZ ARI TEIXEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de fevereiro de 1996;

IV - exonerar, a pedido, CLEUSA TEREZINHA A. TREBEJO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de fevereiro de 1996;

V - exonerar, a pedido, ZILDA RUIZ RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de fevereiro de 1996;

VI - prover, MARCELO ALVES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de fevereiro de 1996, ficando o mesmo autorizado a prestar serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

VI - prover, EMILIA SEYKA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de fevereiro de 1996, ficando a mesma autorizada a prestar serviço de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

VII - prover, MARCELO FRANCO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

VIII - prover, EDIUCÉLIA FÁTIMA FERREIRA NEVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

IX - prover, AMAURI DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

X - prover, ZILDA RUIZ RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de fevereiro de 1996.

(Prot. nº 949)
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.02.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 026/96

determinar à Diretoria de Pessoal, a ex-

clusão do desconto do Imposto de Renda na Fonte, dos proventos de inatividade de JOSÉ DE ARIMATHÉA CLETO, funcionário inativo do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do Art. 2º, inciso XVII, § 1º, letra "b", e § 2º, da Instrução Normativa nº 02, de 07 de janeiro de 1993, da Receita Federal e Art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

(Prot. nº 150)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.03.96.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário

PORTARIA Nº 022/96

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1210/96, de 28 de fevereiro de 1996, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a JUCIMERI APARECIDA MACHADO, funcionária deste Poder, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico, cento e vinte (120) dias de licença para tratamento de saúde a partir de 01.02.96 a 31.05.96.

(Prot. nº 1210/96)

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.03.96.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral